



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - TRÁFICO DE PESSOAS NO BRASIL		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 1517/12	DATA: 20/11/2012
INÍCIO: 11h50min	TÉRMINO: 12h09min	DURAÇÃO: 00h19min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 00h19min	PÁGINAS: 07	QUARTOS: 4

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

--

SUMÁRIO: Apreciação de requerimentos.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenção fora do microfone. Inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Bom dia a todas e a todos.

Nós vamos dar início à nossa reunião da CPI do Tráfico de Pessoas, a 28ª Reunião.

Havendo número regimental, declaro aberta a 28ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de pessoas no Brasil, compreendendo a vigência da Convenção de Palermo, no período de 2003 a 2011.

Informo aos Parlamentares presentes que já foi distribuída cópia da ata da 27ª reunião. Pergunto se há necessidade de sua leitura.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Solicito a dispensa da leitura da ata, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Dispensada a dispensa da leitura, por solicitação do Deputado, coloco-a em discussão.

Não havendo quem queria discuti-la, coloco-a em votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com a ata permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovada a ata.

A presente reunião destina-se à apreciação dos requerimentos constantes da pauta. Como pauta única, são seis requerimentos.

Requerimento da Deputada Carmen Zanotto: que requer seja convidada a Sra. Maria Marlene Cegeuca para prestar depoimento a esta CPI, esclarecer o pedido de guarda de suas filhas feito pela Sra. Carmem Topschall.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Subscrevo o requerimento da Deputada Carmen Zanotto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Requerimento, portanto, subscrito também pelo Deputado Luiz Couto.

Pergunto se algum Deputado quer fazer o encaminhamento da matéria. *(Pausa.)*

Não havendo, os Srs. Deputados que são favoráveis ao requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Requerimento nº 62, de 2012, da Deputada Flávia Moraes, que requer a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da Sra. Carmem Topschall, do Sr. Bernhard Topschall e das empresas que eles possuam.



Requerimento também já subscrito por diversos outros Deputados e Deputadas.

Pergunto à Deputada Flávia se quer encaminhar o requerimento. *(Pausa.)*

Concedo a palavra à autora.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, só para reforçar a importância deste requerimento para desvendar as muitas dúvidas que ficaram no depoimento da Sra. Carmem, que não quis se manifestar, que usou o direito de ficar calada através de um *habeas corpus* que ela conseguiu, e deixou aqui na CPI muitas dúvidas, principalmente em relação às custas advocatícias que ela tem utilizado para a sua defesa e às afirmações de que eles têm dificuldades financeiras.

Nós queremos equacionar isso através da abertura dos sigilos bancário e telefônico dela, do esposo e também de algumas empresas que estão no nome deles, algumas ativas e outras, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Com os esclarecimentos e a ênfase à importância e à urgência do objetivo deste requerimento, coloco-o em votação.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como estão. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

Requerimento nº 63, de 2012, da Deputada Flávia Moraes e outros Deputados, que requer a requisição, junto aos Conselhos Tutelares dos Municípios de Monte Santo, Encruzilhada e Euclides da Cunha, na Bahia, das cópias dos livros de registro de denúncias, com a identificação dos autores dessas denúncias.

Esclareço que são as denúncias relativas aos casos da adoção que foram aqui vastamente anunciados.

Concedo a palavra à Deputada Flávia, se quiser se manifestar.

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Sr. Presidente, na verdade, a importância desses livros com as denúncias e os autores das denúncias vem aqui comprovar também um indício que existe, durante os interrogatórios que fizemos, de que essa própria Carmem fez várias denúncias na região, durante vários momentos, diferentes, envolvendo crianças e famílias diferentes, justamente na tentativa de conseguir do juiz a decisão pela guarda provisória ou pela adoção de algumas



crianças ligadas a algumas famílias. Ela mesma a denunciante, ela mesma a intermediadora das famílias com as famílias que receberam as crianças.

Então, é importante que nós possamos constatar isso. Pedimos três Municípios da região porque temos notícias também de casos não só em Monte Santo, mas também em Encruzilhada e Euclides da Cunha, Municípios próximos, lá do Estado da Bahia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - O.k.

Submeto à apreciação dos Srs. Deputados.

Os que estiverem de acordo com o requerimento da Deputada Flávia Moraes, com os esclarecimentos feitos pela autora, permaneçam como estão. *(Pausa.)*

O requerimento foi aprovado.

O próximo requerimento é o de nº 64, do Deputado Luiz Couto, que requer seja convocada a Sra. Neide de Jesus Carvalho, residente em Euclides da Cunha, Bahia, para depor nesta CPI.

Só para informar: essa senhora foi objeto de nova denúncia, de que teve seus dois filhos, gêmeos, objeto de tráfico de pessoas em Euclides da Cunha, há cerca de 10 anos. Foi noticiado e, com certeza, vai caracterizando que realmente há uma rede operando no interior da Bahia.

Concedo a palavra ao autor do requerimento, Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - A Neide seria também uma intermediadora, ou seja, teria feito a intermediação dessas crianças, em 2002, mostrando que aquela situação, de quadrilha, funciona há muito tempo lá.

Pelo que verificamos na matéria, a situação econômica e social dela a diferencia do total das pessoas que ali moram.

Nesse sentido, é importante que nós possamos ouvi-la porque parece também, como faz Carmem, ser uma intermediação feita para levar crianças nossas para o exterior.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Muito bem, Deputado Luiz Couto.

Não havendo mais nenhum Deputado que queira encaminhar a votação, as Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo com o requerimento mantenham-se como estão. *(Pausa.)*



Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 65, da Deputada Janete Capiberibe, que requer audiência pública para tratar de possível tráfico de meninas indígenas na cidade de São Gabriel da Cachoeira.

Essa audiência seria aqui ou lá em São Gabriel, Deputada? Só para nós... Aqui não está o teor do requerimento. A Deputada requer que seja feita aqui?

A SRA. DEPUTADA FLÁVIA MORAIS - Acredito que seria aqui, Deputado, porque ela requer também diligência a São Gabriel. Audiência neste e, em outro requerimento, ela requer diligência.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, no requerimento ela sugere como convidados o Sr. José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça do Brasil; a Sra. Giustina Zanato, missionária italiana e Presidente do Conselho Municipal de Defesa da Criança; a Sra. Maria do Rosário Nunes, Ministra-Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República; e o Secretário de Segurança do Estado do Amazonas, Coronel Paulo Roberto Vital.

Neste caso, seria uma audiência aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Eu estou levantando essa preocupação — e lamento a ausência da Deputada Janete, que já tinha inclusive conversado comigo, por conta dos dois requerimentos — porque nós já começamos a enfrentar problemas de agenda, em função do calendário, da proximidade do fim dos trabalhos do período legislativo aqui na Casa.

Há uma diligência também, que seria uma visita desta CPI a São Gabriel. Eu não sei se nós teríamos condições de fazer as duas coisas ainda agora. Acabamos, numa reunião agora, breve, com alguns membros da CPI, de definir a prioridade de calendário: Rio de Janeiro, São Paulo, Oiapoque, Porto Alegre e Bahia. São cinco diligências.

E aproveito até para sugerir que, sobre esse primeiro requerimento da Deputada Carmen Zanotto, possamos fazer lá, na audiência de...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - De Porto Alegre, porque ganhamos tempo e economizamos também, em todos os sentidos.



Por isso eu queria o diálogo com a Deputada Janete, para ver como poderíamos da melhor forma atender aos seus pedidos. Não há nenhuma restrição à parte do mérito, é apenas a questão de encaminhamento da melhor forma como nós poderíamos enfrentar esse problema lá de São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas.

A situação do Amazonas é grave. Os jornais têm noticiado coisas... Inclusive o desaparecimento de 22 jovens lá no Amazonas.

Então, nós teríamos uma agenda, nessa diligência de São Gabriel, aproveitando para investigar outras situações lá também, no Amazonas, nessa nossa ida, que será para a Região Norte. Já está agendado que vamos fazer audiência no Pará, no Amapá, no Suriname, no Oiapoque. Talvez pudéssemos fazer isso tudo numa empreitada só, vamos dizer assim.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Sr. Presidente, nós podemos votar isso aqui e...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Se nós resolvermos essa questão de... Porque, para São Gabriel da Cachoeira, temos que ir num avião da FAB e ficar lá um tempo, porque é lá no Rio Negro. Quer dizer, uma das que vêm de lá...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Na embocadura do Rio Negro.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Então, nesse aspecto, nós aprovaríamos aqui. Se de fato essa diligência for aprovada, poderemos verificar isso aqui, e alguns convidados... A maioria dos convidados... No caso, com a Ministra e o Ministro José Eduardo Cardozo teríamos como resolver isso aqui, internamente, agora. Com a missionária e o Secretário, poderia também ser lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Pois é.

Eu pediria a uma assessora da nossa Deputada querida que depois tentasse o contato para ajustarmos essas coisas. Nós poderíamos fazer esta audiência lá, essa diligência lá, porque teríamos...

Deputado Luiz Couto, quero ter a sua cumplicidade no encaminhamento: como temos que visitar Oiapoque, Amapá, Pará, faríamos isso nesta empreitada, aproveitando Amazonas e São Gabriel da Cachoeira, e talvez de lá fizéssemos, em



audiência com o Ministro e a Ministra Rosário, um pedido de providências, diante do que assistirmos e ouvirmos lá.

Peço o auxílio da assessora da Deputada, para depois ela entrar em contato conosco, para sabermos se ela concorda, vamos dizer assim, com este encaminhamento. Vamos aprovar os dois requerimentos, mas depois daríamos este tratamento aos requerimentos, para agilizarmos e não protelarmos muito.

Então, feitos os esclarecimentos e não havendo mais nenhum Deputado que queira encaminhar, eu coloco em votação o requerimento da Deputada Janete Capiberibe, o Requerimento nº 65.

As Sras. e os Srs. Deputados que estão de acordo mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento.

Requerimento nº 66, de 2012, também da Deputada Janete Capiberibe, que requer diligência a São Gabriel da Cachoeira.

Nós já tratamos desse assunto.

Não havendo nenhum Deputado que queira encaminhar nem discutir a matéria, os Srs. Deputados que estão de acordo mantenham-se como estão. *(Pausa.)*

Está aprovado o requerimento. Portanto, todos os requerimentos.

Eu fazia uma indagação ainda há pouco à nossa Assessoria: se não haveria necessidade de aprovar o requerimento de reconvocação da Carmen. Não há necessidade.

Só para informar: nós, então, estaremos fazendo as diligências, a partir da semana que vem, no Rio de Janeiro, em São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul; e vamos deixar essa situação da Região Norte, envolvendo Suriname e Oiapoque, para informar depois, porque depende de uma série de tratativas, inclusive diplomáticas. Os surinameses, pelo informe do Deputado Luiz Couto, há pouco, não querem que a CPI investigue o problema do Suriname. Querem apenas uma troca, um diálogo bilateral entre o Parlamento brasileiro e o Parlamento surinamês — para tomar o chá das 5, segundo o Deputado. *(Riso.)* Evidentemente, essa proposta não nos atende. Então, fica em suspenso a ida a Oiapoque.

Não havendo mais nada a tratar...



O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Presidente, só uma informação:...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Deputado Luiz Couto.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Na oitiva do Juiz Bezerra, ele apresentou uns documentos. Em um dos documentos nós levantamos a questão de que ali havia uma divergência entre a assinatura...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Várias divergências naquele documento.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - E eu pergunto se já foram encaminhadas as providências no sentido de identificar o pedido da original...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Já foi solicitado.

Houve vários erros: havia página que não continuava a página anterior, havia assinatura que não coincidia, havia problema de...

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - De assinatura, de falta de assinatura.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - ... falta de assinatura em alguns; havia assinaturas divergentes em outros; *"continuidade descontínua"*, vamos dizer assim, em outros.

Tudo isso já foi formalizado. Estamos aguardando apenas a informação.

O SR. DEPUTADO LUIZ COUTO - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Arnaldo Jordy) - Não havendo mais nada a tratar, damos por encerrada a presente sessão, agradecendo a presença de todos.